

Bancários do Banestes vão parar no dia 31

Nova assembléia acontece no dia 30, às 18 horas, no Centro Sindical dos Bancários

Os bancários do Banestes reunidos em assembléia no último dia 17 decidiram paralisar as atividades por 24 horas no dia 31 de outubro. A paralisação deve atingir todas as agências localizadas no Estado e faz parte do calendário de lutas pela abertura das negociações específicas nesta Campanha Salarial 2007.

Dias antes da paralisação, os bancários vão realizar manifestações-surpresa, com retardamento da abertura de algumas agências do banco estadual. Nova assembléia será realizada no dia 30 de outubro, às 18 horas, no Centro Sindical dos Bancários, Forte São João, Vitória, para preparar a paralisação.

Entre as reivindicações específicas dos bancários do Banestes está a reposição das perdas salariais desde 1994. Considerando os 6% garantidos na mesa da Fenaban deste ano, os funcionários ainda têm uma perda de 37,02%. Desse total, 26,10% referem-se aos anos em que o Banestes deixou de cumprir a Convenção Coletiva. Outra reivindicação nesta campanha é o pagamento de 25% de gratificação semestral aos novos funcionários.

A greve de 24 horas também vai lembrar a pauta social dos funcionários do Banestes, que inclui a reivindicação de contratação de mais bancários e criação de dois turnos de trabalho para ampliar o horário de atendimento à população.

Sérgio Cardoso



OS BANCÁRIOS DO BANESTES CONTINUAM EM MOVIMENTO PELOS DIREITOS ESPECÍFICOS

Duas caras...



Funcionários querem plano de carreira

Uma das reivindicações dos bancários do Banestes que constam da minuta específica é a constituição de uma comissão paritária para, num prazo de 90 dias, fazer a reformulação da Estrutura de Cargos e Remuneração (ECR), visando corrigir distorções existentes. A revisão dos planos de carreiras já foi conquistada nas negociações específicas com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal na Campanha Salarial deste ano. Agora só falta o banco estadual adotar as medidas necessárias.

A Estrutura de Cargos e Remuneração do Banestes foi criada em 1989 e revista pela última vez em 1991. A partir de 1998, sua aplicação foi suspensa, não considerando mais os investimentos dos funcionários em formação acadêmica e outras formas de qualificação. Além disso, a ECR mantém

algumas distorções, como é o caso dos técnicos bancários I e II, que exercem a mesma função e têm salários diferentes.

“Nós precisamos rever toda a ECR. Tem gente que está há dez anos no mesmo lugar. Não há mais perspectiva de carreira no banco. As promoções, só para função, não para cargos, acontecem na base do quem indica”, disse o diretor do Sindicato Flávio Teixeira, se referindo à suspensão dos concursos internos determinada pela diretoria.

A falta de revisão na ECR atinge quem está próximo de aposentar e ainda está num patamar de início de carreira. Também compromete o futuro do banco, pois, sem perspectiva de carreira, os novos empregados são treinados pelo Banestes para serem absorvidos pelo mercado posteriormente.

VEJA OUTROS DIREITOS QUE O BANESTES PRECISA RESTABELECE

- Antecipação do 13º salário em abril.
- Adiantamento de férias pago em seis vezes.
- Pagamento do adicional de 1/3 da renda mensal para os empregados transferidos.
- Auxílio-creche/babá para enteados de funcionários.
- Taxa de juros especiais do Cheque Confiança para os funcionários.
- Auxílio-alimentação para os empregados afastados por motivo de auxílio-doença ou acidente de trabalho pelo prazo de dois anos.

Luta unificada fortaleceu movimento dos bancários

Fotos: Sérgio Cardoso



UMA DAS AÇÕES DA CAMPANHA FOI O RETARDAMENTO DA ABERTURA DAS AGÊNCIAS

Assinado acordo de PLR com a Fenaban: primeira parcela sai até o dia 26

O Comando Nacional dos Bancários assinou a Convenção Coletiva de Participação nos Lucros e Resultados com a Federação Nacional dos Bancos no dia 18 de outubro. A partir de então, os bancos têm um prazo de dez dias para efetuar o pagamento da primeira parcela. De acordo com a regra básica, essa primeira parcela corresponde a 40% do salário mais R\$ 439,00, limitado a 15% do lucro líquido do primeiro semestre. Também será antecipada a parcela adicional, que corresponde a 8% da variação do lucro líquido do primeiro semestre de 2006 para o primeiro semestre de 2007, com teto de R\$ 900,00 e parcela mínima de R\$ 600 nos bancos que tiveram variação de lucro líquido superior a 15%.

A assinatura do acordo aconteceu com atraso porque existiam divergências no texto. Os bancos insistiram em deixar de fora dos cálculos as receitas extraordinárias provenientes da venda

de ativos dos bancos. Isso porque em 2006 estabeleceu-se em acordo a exclusão de despesas extraordinárias com a compra de empresas. Essa regra garantiu em alguns bancos como Bradesco e Itaú que fossem pagos dois salários de PLR.

Neste ano, como há receita e despesas, os bancos cobraram a adoção do mesmo critério. Ficou definido em acordo que Bradesco, Itaú, Unibanco e Santander vão excluir do cálculo da parcela adicional da PLR as receitas e despesas extraordinárias, mas com a garantia de que, independentemente dos resultados até o final do ano, os bancários dessas instituições receberão, como regra básica, no mínimo, o mesmo que no ano passado. Como parcela adicional, o Unibanco e o Bradesco vão pagar um mínimo de R\$ 1300; o Santander R\$ 1200 e o Itaú R\$ 1590, sendo 50% agora e o restante em março.

A estratégia de unificar as negociações dos bancários das instituições privadas e públicas e manter as negociações específicas nos bancos federais e estaduais deu resultados positivos. A Convenção Coletiva de Trabalho 2007/2008, assinada no dia 11 de outubro, dois meses após o início das negociações, traz vitórias importantes, como reajuste salarial além da inflação do último ano e incorporação da 13ª cesta-alimentação.

A mobilização dos bancários, que começou com atividades unificadas nos bancos públicos e privados, garantiu um reajuste de 6% nos salários e benefícios, enquanto a inflação do período ficou em 4,82% (INPC). Com esse reajuste, foram reduzidas as perdas dos bancários desde a implantação do Plano Real, que agora estão em torno de 9%.

A parcela adicional da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), de 8% da variação do lucro líquido do banco entre 2006 e 2007, também melhorou. Para os bancos nos quais o lucro líquido aumentar mais de 15%, haverá crescimento de 20% nos valores em relação ao ano passado, com a garantia de pagamento mínimo de R\$ 1.200 e máximo de R\$ 1.800. A regra básica da PLR foi mantida: 80% dos salários mais um valor fixo, reajustado em 6%, o que dá um total de R\$ 878.

No Espírito Santo, assim como em todo o país, o planejamento feito através das atividades preparatórias da Campanha Salarial (assembleias, encontros, conferências) apontava a reposição de perdas salariais, a isonomia nos bancos federais, a melhora na PLR e criação de planos de cargos e salários como reivindicações prioritárias da categoria. O reajuste além da inflação repôs uma pequena parcela das perdas em todos os bancos. A isonomia não foi plenamente conquistada nos bancos públicos federais, mas alguns avanços foram registrados, principalmente na Caixa Econômica Federal, que se comprometeu a unificar as tabelas salariais, criando um novo plano de cargos e salários. No BB também foram incorporados R\$ 33,00 no nível inicial, com repercussão em toda a tabela.

“O resultado da Campanha Salarial foi positivo, mas ainda temos muito a conquistar na luta cotidiana. Precisamos estar mobilizados todos os dias, lutando por melhores condições de trabalho e pela qualidade no atendimento feito à população”, ressaltou Idelmar Casagrande, diretor do Sindicato dos Bancários/ES e membro do Comando Nacional.

PLR nos bancos privados

- Regra básica = 80% de salário + R\$ 878,00*
Teto para regra básica = R\$ 5.826,00
Teto para regra básica com multiplicador (PLR < 5%) = R\$ 11.652,00
- Parcela adicional = 8% da variação do LL de

- 2006 para 2007 divididos pelo número de empregados
- Parcela adicional Teto = R\$ 1.800,00
Parcela adicional mínima (Variação LL > 15%) = R\$ 1.200,00**

* Bradesco, Itaú, Unibanco e Santander pagarão, no mínimo, o mesmo que no ano passado.

** Unibanco e Bradesco vão pagar um mínimo de R\$ 1300; o Santander de R\$ 1200 e o Itaú de R\$ 1590.



Fotos: Sérgio Cardoso



A GREVE NA CEF - ANTECEDIDA DE PARALISAÇÕES-SURPRESA - DUROU SETE DIAS. PERMANECERAM FECHADAS 48 DAS 56 UNIDADES EXISTENTES NO ESTADO. NA GRANDE VITÓRIA, A ADESÃO FOI DE 100%. A GREVE ATINGIU AINDA DEPARTAMENTOS E 23 AGÊNCIAS DO INTERIOR.

Campanha na Caixa: somos todos vencedores

Uma greve vitoriosa, na qual os empregados da Caixa Econômica Federal conquistaram reivindicações antigas: PLR linear e unificação das carreiras, com a implantação de um novo Plano de Cargos e Salários. Esse é o saldo da Campanha Salarial 2007, que também traz a novidade da incorporação da 13ª cesta-alimentação à Convenção Coletiva.

A greve mostrou a força dos empregados, que não abriram mão das suas reivindicações. Se, por um lado, as perdas salariais não foram recuperadas, avanços foram conquistados e precisam ser consolidados com um movimento unificado dos empregados.

Nas negociações com a CEF ficou garantida a implantação do novo PCS até 1º de julho de 2008. "Os empregados devem estar vigilantes", afirmou a diretora do Sindicato Bernadeth Martins, lembrando que é fundamental a mobilização dos empregados para garantir o cumprimento dos prazos negociados e também para que o novo PCS atenda às demandas da categoria.

A distribuição linear da participação nos lucros e resultados também foi considerada uma vitória dos trabalhadores. Na avaliação da diretora do Sindicato, apesar de ter desagradado a alguns, o pagamento linear é o mais justo. "Essa sempre foi uma reivindicação do movimento sindical por entendermos que todos, igualmente,

contribuem para os resultados positivos da empresa", afirmou Bernadeth Martins. Ela lembrou, ainda, que se neste ano os técnicos bancários receberam uma PLR melhor, no ano passado o mesmo aconteceu com os empregados que estão em faixas salariais mais elevadas, que foram beneficiados com o pagamento de PLR sem teto limitador.

A avaliação do Sindicato é que o não-desconto dos dias parados durante a greve e o reajuste de 6%, que ficou um pouco acima da inflação do último ano (4,82%) também foram pontos positivos do movimento. "O desafio de recuperar as perdas salariais acumuladas desde a implantação do Plano Real, em 1994, continua na ordem do dia. Não vamos anistiar o banco dessa dívida", disse Lia Ragazzi, diretora do Sindicato. Ela também destacou a importância da luta pela isonomia, com a garantia de licença-prêmio e adicional por tempo de serviços para os técnicos bancários.

"Foi uma greve histórica. Afinal, não é fácil mobilizar uma geração como a nossa que, na condição de TB's, saiu da inércia para protagonizar, com os demais veteranos de guerra, o movimento. Construimos o que foi possível, e ficamos com o acúmulo de forças e o potencial de luta", avalia a delegada sindical Renata Rodrigues Garcia (RECOG/VT).



RESSACA DA GREVE: O SINDICATO E A APCEF PROMOVERAM NO DIA 20 DE OUTUBRO UMA CONFRATERNIZAÇÃO COM OS GREVISTAS DA CAIXA, NO CLUBE DA APCEF DE BICANGA.



PCS beneficia todos: dos TBs aos gerentes

A garantia de negociação de um novo plano de cargos e salários é uma conquista de todos os funcionários da Caixa, desde os técnicos bancários aos gerentes. "Temos que estar mobilizados para termos mudanças que dêem conta de todas as reivindicações dos empregados", afirmou a diretora do Sindicato Rita Lima.

A luta pelo PCS engloba também a luta pelas mudanças no plano de cargos comissionados (PCC), que abrange os caixas, engenheiros, advogados e outros técnicos. Além disso, outra reivindicação dos empregados que precisa ser discutida é a inclusão da CTVA (verba de ganho de mercado) recebida pelos gerentes como verba salarial.

Gerentes anunciam negociação direta de PLR com a CEF

Um comunicado da Federação Nacional dos Gerentes da CEF (FENAG) que vem circulando nas agências do banco trata da suposta criação de uma "PLR própria" a partir de janeiro do próximo ano, com a inclusão dos gestores nessa discussão. Esse compromisso, assim como a criação de um grupo de trabalho formado pela Fenag e a CEF para tratar das demandas dos gerentes, teria sido assumido pela presidência do banco em reunião com a Federação dos Gerentes. O documento também fala de uma reunião entre a Fenag, a Contraf-CUT e a Fenae, marcada para o dia 22.

Em entrevista ao Correio Bancário, o diretor da Contraf-CUT e membro da Comissão Executiva dos Empregados da CEF (CEE/Caixa), Plínio Pavão, informou que desconhece qualquer informação oficial sobre a criação de programa de PLR para gestores. "Isso seria absurdamente inadequado, mas acredito que não vá acontecer", disse ele, ressaltando que a política da Caixa é negociar com a CEE. O vice-presidente da Fenae, Pedro Eugênio Beneduzzi Leite, confirmou a reunião entre a Fenae, a Contraf e a Fenag para, segundo ele, "aparar as arestas" da campanha salarial, dada a insatisfação da "Fenag e de parcela dos gestores que se sentiram prejudicados pela forma como foi negociada a PLR". Sobre a possibilidade de PLR para gestores, Pedro Eugênio considerou um "mal-entendido provocado pela forma como escreveram o e-mail" da Fenag. "Não haverá PLR para gerentes. O que a CEF vem anunciando é que pretende discutir um programa próprio para todos os empregados no ano de 2008", afirmou.

A possibilidade de haver uma negociação em separado de participação nos lucros e resultados para os gerentes provocou indignação entre os empregados. "Isso significaria a fragmentação do movimento. Os resultados positivos obtidos pela Caixa são consequência de um esforço conjunto, de todos", afirmou a diretora do Sindicato Ângela Barone.

Banco do Brasil

BB mantém intransigência e não negocia "lateralidade"

Sérgio Cardoso

A direção do Banco do Brasil foi intransigente durante toda a Campanha Salarial, demonstrando falta de vontade para resolver os problemas dos seus funcionários através da negociação. Em assembléia realizada no dia 2 de outubro, o Sindicato dos Bancários/ES posicionou-se contrário à aprovação da proposta apresentada pelo banco, que acabou sendo aprovada por uma diferença de 12 votos (62 favor e 50 contrários). Na ocasião, a diretora do Sindicato Goretti Barone considerou a proposta insuficiente, "por não tocar em pontos fundamentais, como a chamada 'lateralidade', que se refere à substituição de funcionários sem a devida remuneração".

Além do cumprimento da Convenção Coletiva assinada com a Fenaban (6% de reajuste), o acordo específico inclui PLR adicional e correções no Plano de Cargos e Salários (PCS). A PLR vai ser negociada anualmente, mas o pagamento será semestral.

O BB vai distribuir 4% do lucro líquido de forma linear para todos (o equivalente a R\$ 1.168,92 por funcionário), garantindo no mínimo um VR para os cargos sujeitos ao cumprimento do acordo de trabalho (ATB). Para o PCS, o Banco do Brasil aceitou a incorporação de R\$ 33,00 para o E1 VP-020, o que significa reajuste na tabela do PCS.

O grande avanço dessa Campanha Salarial foi o despertar dos funcionários contratados após 1998, que se mobilizaram para lutar por seus direitos. Mas a luta precisa continuar, pois o banco não atendeu às principais reivindicações referentes à isonomia, limitando-se a paliativos que visam amenizar o arrocho salarial dos últimos anos. A direção do BB só aceitou o parcelamento de férias em dez vezes, estendeu o adiantamento salarial para cobrir a cobrança de consignações em atraso e a devolução das vantagens por desistência de remoção parcelada em dez vezes.



AS PARALISAÇÕES TEMPORÁRIAS DA CAMPANHA SALARIAL TAMBÉM ATINGIRAM AGÊNCIAS DO BB

Proposta apresentada pelo Banco do Brasil

PLR

A PLR semestral terá parcela fixa de R\$ 439,00 mais 40% do E6 para escriturário, ou este percentual do E6 mais comissão de caixa para os caixas, ou 40% do Valor de Referência para os comissionados. Além da regra básica, similar à da Fenaban, o Banco do Brasil se compromete a distribuir 4% do lucro líquido de forma linear para todos (o equivalente a R\$ 1.168,92 por funcionário), garantindo no mínimo um VR para quem cumpriu o acordo de trabalho (ATB).

PCS

Para o PCS, o Banco do Brasil aceita a incorporação dos R\$ 33,00 para o E1 e VP-020. A diferença entre cada interstício será de 3%.

ISONOMIA

Adiantamento de férias para ser pago em até dez vezes. O BB já havia concordado em universalizar os direitos de adiantamento salarial para cobrir a cobrança de consignações em atraso e a devolução das vantagens por desistência de remoção parcelada em dez vezes.

Negociação prossegue no Bandes

A negociação específica dos bancários do Banestes está em curso. Por enquanto, a direção do banco já garantiu a aplicação da Coletiva Nacional e a renovação do acordo coletivo específico do ano passado.

Em assembléia no dia 15 de outubro, os bancários do Bandes resolveram reivindicar um abono salarial no valor de R\$ 3.500,00. Também decidiram insistir na negociação de itens considerados fundamentais, como criação de um pla-

no de incentivo ao desligamento, alterações no contrato do plano de saúde e incorporação da rubrica definida como "vantagens pessoais" ao salário-base de cada nível do Plano de Cargos e Salários (PCS).

Na última rodada de negociação, que aconteceu no dia 17, o Sindicato apresentou as reivindicações dos bancários e a comissão de negociação informou que levará a proposta de abono à direção do banco.

Informativo do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo
Rua Wilson Freitas, 93, Centro, Vitória/ES - 29016-340
Tel: (27) 3331-9999, Colatina (3722-2647), Cachoeiro, (3522-7975) e Linhares (3264-1329)

Presidente: Carlos Pereira de Araújo

Diretor de Imprensa: Idelmar Casagrande

Editores: Sueli de Freitas - MTb 537/92 e Ronaldo Cassundé - MTb 932/00

Editoração: Jorge Luiz - MTb 046/96

Impressão: Gráfica Ita

E-mail: secretariageral@bancarios-es.org.br

Tiragem: 9.000 exemplares

Distribuição gratuita

